

A DISTÂNCIA ADULTO/CRIANÇA E SEUS REFLEXOS NO PROCESSO EDUCACIONAL

Adriana E. de S. Ponte¹

Cristiane Soares Mendes²

Maria Jacilda da Silva Farias Laurindo³

As políticas públicas para a infância são intensificadas a partir dos anos 80, após décadas de indiferença dos poderes públicos, representando uma dívida histórica para com as crianças. Com uma atenção voltada para as especificidades que caracterizam as diferentes crianças em seus modos de vida, nos remetemos a analisar o que é ser criança e o que é ser adulto a partir das contribuições das crianças, bem como a analisar os projetos políticos e pedagógicos municipais para a Educação Infantil e para as séries iniciais do Ensino Fundamental. Nos estudos tomamos as infâncias, e não mais a infância, como categorial social e as crianças como circunstanciadas em suas experiências e vivências. Nos encaminhamentos metodológicos adotamos procedimentos que pudessem garantir a fala e a participação efetiva das crianças, a observação direta das atividades em sala e a análise dos projetos políticos municipais. Recorremos ao desenho infantil e a fotos como estratégia de aproximação e recurso mediador para as interlocuções com as crianças. Os resultados apontam que, para as crianças, a infância, assim como a vida adulta, também é uma categoria geracional, atravessada por circunstâncias sociais, culturais, econômicas e políticas que as singulariza. As crianças deixaram evidente que ser criança é poder fazer coisas que adulto não faz e também ter a possibilidade de viver experiências prazerosas como: brincar e desenhar. Ressaltaram que a atividade do trabalho, o acesso aos bens do mundo letrado, o consumo, a constituição de uma família são elementos próprios da pessoa adulta. Os artefatos de mídia também foram citados em situações envolvendo crianças e adultos em seus lares, o que indica o quanto a complexa dinâmica da sociedade contemporânea, com seu aparato tecnológico, faz surgir uma nova ordem nas relações, encurtando as distancias entre o adulto e a criança. As observações diretas indicam que as crianças brincam o tempo todo na sala, tendo em vista que as atividades desenvolvidas não as envolvem nem contam com suas contribuições efetivas. No que se refere ao planejamento local, constatamos a ausência de diretrizes e políticas municipais para esta etapa da educação, embora a Educação Infantil seja citada junto com as demais etapas da Educação. Também registramos que a mesma não é elaborada em termos e aspectos que diferenciem a criança e o professor com especificidades próprias. Indicamos que a escola precisa escutar as crianças e repensar o lugar que o brincar tem ocupado nos diferentes espaços que compõem a escola. Por fim, debatemos a importância do planejamento local para garantir o reconhecimento da criança como sujeito de direitos. É pertinente dizer que as análises deixaram indícios e possibilidades de se construir novas configurações e caminhos para as distancias ou aproximações geracionais, numa perspectiva dialógica e ética que respeite a criança em suas singularidades.

Palavras-chave: Criança; Adulto; Políticas Públicas; Brincar.

1

² Mestre em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC/UNEB e Profa. Auxiliar do Campus XV/UNEB, cmendes@uneb.br

³ Mestre em Educação e Contemporaneidade - PPGEDUC/UNEB e Profa. Auxiliar do Campus XVIII/UNEB, mariajacilda@uol.com.br